

Banco de Tokyo-
Mitsubishi UFJ
Brasil S.A.

**Demonstrações financeiras em
IFRS em 31 de dezembro de 2016
e relatório dos auditores
independentes**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras em IFRS	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras em IFRS

À
Administração do
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de março de 2017.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rodrigo de Mattos Lia
Accountant CRC 1SP252418/O-3



Balancos Patrimoniais

Ativo	Nota	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Caixa e reserva em Banco Central	5	41.131	71.619	Passivos financeiros ao valor justo através do resultado		2.230.072	6.130.802
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado		807.065	266.526	Instrumentos financeiros derivativos	7	1.044.450	2.914.298
Títulos e valores mobiliários	6	-	74.046	Obrigações por empréstimos no exterior	16 e 8	1.185.622	3.216.504
Instrumentos financeiros derivativos	7	807.065	192.480	Passivos financeiros ao custo amortizado	17	5.267.273	3.700.830
Ativos financeiros disponíveis para venda		2.964.948	3.560.824	Depósitos de clientes		2.525.010	2.284.869
Títulos e valores mobiliários	9	2.964.948	3.560.824	Depósitos de instituições financeiras		20.220	9
Empréstimos e recebíveis		5.193.065	6.949.395	Captações no mercado aberto		-	31.015
Aplicações em operações compromissadas		3.174.367	5.074.107	Obrigações por empréstimos e repasses		2.722.043	1.384.937
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	3.023	Provisão para passivos contingentes, fiscais e atuariais	19	154.332	139.483
Aplicações em moedas estrangeiras		926.038	233.055	Tributos a recolher	20	73.384	151.831
Operações de crédito	10	1.093.973	1.663.822	Outros passivos	20	368.558	258.612
Provisão para redução ao valor recuperável	11	(1.313)	(24.612)	Total do passivo		8.093.619	10.381.558
Ativo imobilizado	14	30.013	31.258	Patrimônio líquido	22	1.396.561	1.314.002
Ativos intangíveis	15	33.109	31.289	Capital social		853.071	853.071
Imposto de renda e contribuição social diferido	32	5.803	32.589	Ações em tesouraria		(4.054)	(4.054)
Outros ativos	13	415.046	752.060	Reservas de capital		5.103	5.103
				Reservas de lucros		545.563	462.225
				Ajustes de avaliação patrimonial		(3.122)	(2.343)
Total do ativo		<u>9.490.180</u>	<u>11.695.560</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>9.490.180</u>	<u>11.695.560</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras em IFRS.

Dem onstrações de Resultados

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas de juros e similares	23	1.006.775	1.058.774
Despesas de juros e similares	24	<u>(241.765)</u>	<u>(296.464)</u>
Receita líquida de juros		<u>765.010</u>	<u>762.310</u>
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros	25	(1.018.455)	620.158
Ganhos (perdas) cambiais, líquidos	26	622.541	(959.152)
Receita líquida de com is s ões e prestação de serviços	27	37.181	26.507
Provisão para redução ao valor recuperável de operações de crédito		3.303	(4.434)
Outras receitas (despesas) operacionais	28	(29.712)	(50.472)
Despesas de pessoal	29	(135.106)	(118.473)
Depreciação e amortização	30	(10.235)	(10.688)
Outras despesas administrativas	31	<u>(56.626)</u>	<u>(59.206)</u>
Lucro bruto antes dos impostos		<u>177.901</u>	<u>206.550</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	32	(55.419)	(137.399)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	32	<u>(34.444)</u>	<u>46.012</u>
Lucro líquido do exercício		<u>88.038</u>	<u>115.163</u>
Quantidade de ações em circulação (por lote de mil ações)		4.331.521	4.331.521
Lucro por ação básico e diluído atribuído aos acionistas do Banco (expresso em Reais por lote de mil ações)		20,32	26,59

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras em IFRS.

Demonstração de resultados abrangentes

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício		88.038	115.163
Resultado abrangente:			
Ganhos atuariais em planos de pensão de benefício definido - bruto	34	553	136
Efeito dos impostos		<u>(249)</u>	<u>206</u>
		304	342
Variação nos ganhos e perdas não realizados em ativos financeiros disponíveis para venda - bruto		(1.969)	1.588
Efeito dos impostos		<u>886</u>	<u>(715)</u>
		(1.083)	873
Total de resultados abrangentes do exercício		<u>87.259</u>	<u>116.378</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras em IFRS.

Dem onstrações das mutações do patrimônio líquido

	Reservas de capital			Reservas de lucro		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Agio por subscrição de ações	Outras reservas de capital	Legal	Estatutária				
Em 31 de dezembro de 2014	853.071	4.947	156	25.069	328.703	(3.558)	-	(4.041)	1.204.347
Lucro líquido do exercício							115.163		115.163
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda						873			873
Ganhos/perdas atuariais em planos de pensão de benefício definido						342			342
Total do resultado abrangente do exercício						1.215	115.163		116.378
Aquisição de ações de própria emissão								(13)	(13)
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores					2				2
Destinação do lucro:									-
Reserva legal				5.921			(5.921)		-
Reserva estatutária					102.530		(102.530)		-
Dividendos propostos							(6.712)		(6.712)
Em 31 de dezembro de 2015	853.071	4.947	156	30.990	431.235	(2.343)	-	(4.054)	1.314.002
Lucro líquido do exercício							88.038		88.038
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda						(1.083)			(1.083)
Ganhos/perdas atuariais em planos de pensão de benefício definido						304			304
Total do resultado abrangente do exercício						(779)	88.038		87.259
Aquisição de ações de própria emissão									-
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores					2				2
Destinação do lucro:									-
Reserva legal				4.292			(4.292)		-
Reserva estatutária					79.044		(79.044)		-
Dividendos propostos							(4.702)		(4.702)
Em 31 de dezembro de 2016	853.071	4.947	156	35.282	510.281	(3.122)	-	(4.054)	1.396.561

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras em IFRS.

**Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A**Demonstrações Financeiras de
31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de Reais**Dem onstrações dos fluxos de caixa**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Atividades operacionais - caixa líquido proveniente (utilizado)	(1.724.171)	1.617.138
Lucro líquido do exercício	88.038	115.163
Ajustes ao lucro líquido:	4.881	32.015
Provisão para redução do valor recuperável de operações de crédito	(23.300)	4.434
Depreciação e amortização	10.235	10.688
Provisão para passivos contingentes e fiscais	17.946	16.893
(Aumento)/redução nos ativos operacionais:	487.357	(2.506.990)
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	(540.539)	(207.020)
Ativos financeiros disponíveis para venda	593.905	(1.501.869)
Reservas em Banco Central	26.681	17.765
Aplicações em operações compromissadas	3.023	(409.112)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(524.880)	32.449
Operações de crédito	569.849	16.926
Outros ativos	359.318	(456.129)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais:	(2.304.447)	3.976.950
Instrumentos financeiros derivativos	(1.869.848)	2.318.698
Obrigações por empréstimos no exterior	(2.030.882)	1.370.554
Depósitos	260.352	824.381
Captações no mercado aberto	(31.015)	(207.515)
Obrigações por empréstimos e repasses ao custo amortizado	1.337.107	(394.209)
Tributos a recolher	(78.447)	101.412
Outros passivos	108.286	(36.371)
Atividades de investimento - caixa líquido proveniente (utilizado)	(10.810)	(14.517)
Alienação de imobilizado	2.063	237
Aquisição de imobilizado	(6.295)	(2.230)
Aquisição de intangível	(6.578)	(12.524)
Atividades de financiamento - caixa líquido proveniente (utilizado)	(4.699)	(6.723)
Dividendos pagos	(4.701)	(6.712)
Aquisição de ações em tesouraria	-	(13)
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores	2	2
(Aumento)/redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.739.680)</u>	<u>1.595.898</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.912.619	3.316.721
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.172.939	4.912.619

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Informações gerais

O Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A. ("Banco"), situado na Av. Paulista, 1274, São Paulo, Brasil, desenvolve todas as atividades permitidas às instituições bancárias e opera como instituição financeira múltipla com: Carteira Comercial, de Investimento, de Crédito, Financiamento e Investimento e Carteira de Câmbio.

O Banco é constituído sob a forma de sociedade por ações e domiciliado no Brasil, sendo controlado diretamente pelo The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. ("Matriz"), tendo como *holding* Mitsubishi UFJ Financial Group, Inc. (controladora final do "Grupo"), ambas com sede no Japão.

A emissão e divulgação dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 16 de Março de 2017.

2 Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards*, ou IFRS), e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRIC), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as regras de IFRS que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016.

A reconciliação e a descrição dos efeitos da transição das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BR GAAP"), para o IFRS, relativas ao patrimônio líquido e ao resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) ao valor justo através do resultado.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras, estão demonstradas na Nota 3.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$) arredondados para o milhar mais próximo indicado.

2.2 Conversão em moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Banco são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Banco.

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda funcional, aplicando-se, a taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação.

As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda na demonstração do resultado.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa é representado por disponibilidades em moedas nacionais e estrangeiras. Equivalentes de caixa são representados por operações compromissadas (posição bancada e financiada), aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.4 Ativos financeiros

Classificação e reconhecimento

O Banco classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao valor justo através do resultado, (b) empréstimos e recebíveis, e (c) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os juros dos ativos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado como "Receitas de juros e similares".

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Banco tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

(a) Ativos financeiros designados a valor justo através do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Ativos financeiros são classificados nessa categoria quando são adquiridos principalmente com o objetivo de negociação no curto prazo.

Os ativos financeiros ao valor justo através do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa na demonstração do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros" no período em que ocorrem.

(b) Empréstimos e recebíveis

Nessa categoria, incluem-se os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis do Banco compreendem as "Aplicações em operações compromissadas", "Aplicações em depósitos interfinanceiros", "Aplicações em moedas estrangeiras" e "Operações de crédito".

São representados pelos recursos entregues para originar o empréstimo, acrescidos de quaisquer custos diretamente atribuíveis à transação menos as taxas recebidas. Empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros, menos quaisquer reduções no valor recuperável. Os empréstimos são reconhecidos quando os recursos são liberados aos mutuários e baixados quando o direito de receber fluxos de caixa tenha expirado ou o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios de sua titularidade.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

São classificados como disponíveis para venda os ativos financeiros não derivativos que serão mantidos por um período indefinido, que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou à mudança de taxa de juros, taxa de câmbio ou preços de ações. Os ativos classificados nesta categoria são registrados inicialmente ao valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis, sendo posteriormente mensurados ao valor justo com as alterações no valor justo apresentadas na demonstração do resultado abrangente.

2.5 Passivos financeiros

O Banco classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: (a) ao valor justo através do resultado e (b) ao custo amortizado. A administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Passivos financeiros ao valor justo através do resultado

Os passivos financeiros ao valor justo são passivos financeiros mantidos para negociação. Passivos financeiros são classificados nessa categoria quando são incorridos principalmente com o propósito de negociação em um futuro próximo ou se fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros identificados que são administrados conjuntamente e existe evidência de um padrão recente de obtenção de lucros no curto prazo.

As despesas de juros provenientes destes instrumentos são incluídas na demonstração do resultado na conta "Despesas de juros e similares".

Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo do instrumento são reconhecidos no resultado na conta "Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros".

(b) Passivos financeiros ao custo amortizado

Passivos financeiros ao custo amortizado compreendem aqueles que são atualizados subsequentemente pela taxa efetiva de juros (conforme descrito no item 2.9 desta nota explicativa), que desconta os pagamentos futuros estimados de juros ao longo da existência do passivo. O cálculo da taxa efetiva inclui todas as despesas (receitas) associadas ao instrumento.

As despesas de juros correspondentes estão incluídas na conta "Despesas de juros e similares".

2.6 Instrumentos financeiros derivativos *hedge accounting*

Derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente remensurados pelos seus valores justos. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de proteção (*hedge accounting*).

Para a determinação do valor justo de derivativos, deve-se avaliar se o instrumento em questão é negociado em um mercado ativo ou não. Neste segundo caso, o cálculo do valor justo é realizado através de técnicas de precificação, incluindo fluxo de caixa descontado e outros modelos de precificação.

Os derivativos são considerados ativos quando o valor justo for positivo, e passivos se este for negativo.

(a) Derivativos para negociação

Os derivativos que não se qualificam como *hedge accountings* são classificados como instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado na categoria de mantidos para negociação.

As mudanças no valor justo destes instrumentos são reconhecidas no resultado do período sob a rubrica "Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros".

(b) Derivativos para proteção (*hedge accounting*)

Certos derivativos são utilizados para proteger exposições a risco que atendam aos critérios de contabilização como *hedge accounting*.

O Banco adota o *hedge accounting* e designa certos derivativos como *hedge* de valor justo.

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. O Banco aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de taxa de juros e variação cambial. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva do *hedge* é reconhecido na demonstração do resultado como "Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros", juntamente com a parcela inefetiva.

Se for determinado que um instrumento derivativo designado para *hedge* não é altamente efetivo no *hedge* da exposição designada, a relação e contabilização do *hedge* é descontinuada, e o ajuste no valor contábil do item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

O Banco documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A avaliação e documentação da efetividade das relações de *hedge* são revisadas mensalmente para confirmar se o instrumento de *hedge* foi e continua a ser efetivo na compensação de variações no valor justo dos itens protegidos por *hedge*.

Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 8.

2.7 Apresentação de instrumentos financeiros pela posição líquida entre ativos e passivos

Um ativo financeiro pode ser compensado com um passivo financeiro e ser reportado pelo seu valor líquido no balanço patrimonial se houver o direito ou obrigatoriedade legal de compensar os montantes

reconhecidos no balanço patrimonial e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, realizando um ativo e liquidando um passivo simultaneamente.

2.8 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Banco avalia no mínimo a cada data de balanço a existência de qualquer evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros estejam deteriorados. Um ativo ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado e são incorridas perdas por redução ao valor recuperável caso exista a evidência objetiva de deterioração como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda apresentar impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que possa ser confiavelmente estimado.

Dentre as principais evidências objetivas de deterioração de um ativo financeiro ou de uma carteira gerando redução do valor recuperável estão:

- Dificuldade financeira significativa do devedor;
- Desempenho de negócios inconstantes com possibilidade de inadimplência no repagamento de principal ou pagamento de juros;
- Quebra de contrato;
- Problemas referentes às condições do empréstimo, para os quais as taxas de juros foram reduzidas ou proteladas;
- Atraso;
- Probabilidade crescente de o devedor entrar em falência ou recuperação judicial;
- O desaparecimento de um mercado ativo para títulos e valores mobiliários (TVM) devido a dificuldades financeiras.

O Banco avalia se a evidência objetiva de redução no valor recuperável existe individualmente para ativos financeiros que sejam individualmente significativos ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos.

Caso seja identificada evidência objetiva de redução no valor recuperável nos ativos não significativos, estes também serão analisados individualmente.

Se o Banco determinar que não existe qualquer evidência objetiva de redução no valor recuperável de um ativo financeiro avaliado individualmente, quer seja significativo ou não, o ativo será incluído em um grupo de ativos financeiros com características semelhantes de risco de crédito e avaliado em conjunto a fim de determinar eventual redução em seu valor recuperável.

Os ativos que são avaliados individualmente quanto à redução no valor recuperável, e para os quais uma perda seja ou continue a ser reconhecida, não são incluídos numa avaliação conjunta para determinar uma eventual redução em seu valor recuperável.

Para os empréstimos e adiantamentos e para os ativos mantidos até o vencimento, o valor da perda por redução no valor recuperável é mensurada como sendo a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado à taxa de juros efetiva original do ativo. O montante da perda é reconhecido através de uma provisão, sendo incluído na demonstração do resultado.

Após a redução no valor recuperável, a receita financeira é reconhecida através da taxa de juros efetiva original, que é usada para descontar os fluxos de caixa futuros a fim de calcular a perda no valor recuperável.

Análise Individual:

O Banco realiza análise individual para clientes significativos.

O Banco possui como critério de identificar clientes individualmente significativos aqueles que possuem exposição de ativos acima de R\$ 50.000.000,00 na data-base apurada. Caso haja evidências de perda, esta é mensurada através do cálculo do valor presente dos fluxos de caixas estimados das operações.

Análise Coletiva:

O Banco realiza análise coletiva de acordo com as características similares de risco de crédito, que são indicativas da capacidade dos devedores em pagar os montantes de acordo com os termos contratuais.

O Banco considera os clientes classificados nos ratings considerados de alto risco, para cálculo da provisão coletiva por estes apresentarem um histórico de perda incorrida, e os correspondentes percentuais de provisão.

Quando irrecuperável, um empréstimo será baixado contra a provisão para redução em seu valor recuperável. Esses empréstimos são baixados após a conclusão de todos os procedimentos necessários.

Se, em um período posterior, o montante da perda no valor recuperável diminuir e essa redução puder estar relacionada de maneira objetiva a um evento ocorrido após o reconhecimento da redução no valor recuperável, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será revertida através do ajuste na provisão. O montante da reversão é reconhecido na demonstração do resultado.

2.9 Receitas e despesas de juros

As receitas e despesas de juros sobre ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração do resultado pelo método da taxa efetiva de juros que é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período apropriado. As taxas e os custos diretos relativos a concessão, refinanciamento ou reestruturação de empréstimos e compromissos de empréstimo são diferidos e amortizados contra juros recebidos em empréstimos e adiantamentos utilizando este método.

A receita líquida de juros apresentada na demonstração do resultado inclui:

- juros sobre ativos e passivos financeiros ao custo amortizado; e
- juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda.

Quando o valor de um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares for reduzido em decorrência da redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida com base na taxa efetiva de juros utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da redução ao valor recuperável.

2.10 Receita líquida de comissões e prestações de serviços

As receitas e despesas de taxas e comissões de um ativo ou passivo financeiro, que são adicionais e diretamente relacionadas à transação, são incluídas no cálculo da taxa de juros efetiva.

As receitas de taxas e comissões que não fazem parte dos juros efetivos e são decorrentes da negociação, ou participação na negociação de uma transação com terceiros, tais como compensação de títulos ou a compra ou venda de negócios, são reconhecidas de acordo com a competência à medida que os serviços são prestados.

2.11 Ativo imobilizado

Ativo imobilizado compreende, principalmente, edificações, terrenos, máquinas e equipamentos de uso, sistemas de processamento de dados, sistemas de transporte, sistemas de segurança e sistemas de comunicação. O imobilizado está demonstrado pelo custo histórico deduzidos da depreciação acumulada. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável a geração de benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- . Edificações - 25 anos.
- . Máquinas e equipamentos de uso - 10 anos.
- . Sistemas de processamento de dados - 5 anos.
- . Sistemas de transporte - 5 anos.
- . Sistemas de segurança - 10 anos.
- . Sistemas de comunicação - 10 anos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de perdas por redução ao valor recuperável a cada data de balanço e sempre que os eventos indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. O valor recuperável é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

2.12 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados utilizando-se o método linear pela vida útil do respectivo ativo. Apesar de sujeitos a amortização, esses ativos são revisados para a verificação de deterioração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

2.13 Redução ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis

Em cada data de publicação, o Banco avalia a existência de qualquer indicação de redução no valor recuperável de seus ativos intangíveis e ativo imobilizado. Estes ativos são submetidos a testes para determinar qualquer redução no valor recuperável anualmente, ou com mais frequência caso ocorram eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem perdas em seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado do período.

2.14 Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando o Banco tem uma obrigação presente ou não formalizada (obrigação construtiva) como resultado de eventos passados; e que seja provável a saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado confiavelmente.

Quando há um grupo de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada pelo Banco, levando-se em consideração o grupo de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído no mesmo grupo de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação é reconhecido na conta de "Outras receitas (despesas) operacionais".

2.15 Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos totalmente dentro de 12 meses, após o final do exercício em que os serviços foram prestados. Os benefícios que compõem esta categoria são salários, contribuições para a seguridade social, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários, os quais são mensurados em bases não descontados e são incorridas como despesa conforme o serviço relacionado seja prestado.

(b) Benefícios de aposentadoria

Estes são segregados em planos de contribuição definida e de benefício definido.

Um plano de benefício definido é aquele em que o Banco deve fazer aportes adicionais em caso de não haver recursos suficientes para pagar os participantes. Neste tipo de plano, há um valor definido de benefício que o empregado receberá em sua aposentadoria. Assim sendo, devem ser incluídas variáveis atuariais para calcular o valor a ser contabilizado.

O Banco é patrocinador da Previda Sociedade de Previdência Privada ("Previda"), um plano de benefício complementar, de benefício definido, administrado pelo Bradesco Vida e Previdência, contribuindo mensalmente com um percentual sobre a folha de pagamento dos participantes.

Um plano de contribuição definida é aquele onde o Banco faz aportes a uma entidade separada, onde não há responsabilidade do Banco (legal ou construtiva) de fazer aportes adicionais, caso o fundo não tenha recursos suficientes para pagar todos os funcionários, isto é, os riscos recaem sobre o funcionário.

O Banco é patrocinador de um plano de previdência complementar, de contribuição definida, administrado pelo Bradesco Vida e Previdência S.A., Fitprev Plano de Benefícios de Contribuição Definida ("Fitprev") para seus funcionários e administradores, admitidos após o fechamento do plano Previda.

O plano de benefício definido foi fechado para novos integrantes em Agosto de 2013. Atualmente, o banco disponibiliza o plano de contribuição definida aos seus funcionários.

(c) Benefícios rescisórios

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o emprego é rescindido pelo Banco antes da data normal de aposentadoria ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca do respectivo benefício. É reconhecido nas demonstrações financeiras se as entidades estiverem dispostas e comprometidas com a rescisão, geralmente através de um plano formal e detalhado, que não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária. Os benefícios que vencem em mais de 12 meses após a data do balanço são descontados ao seu valor presente.

O Banco disponibiliza assistência médica pós-emprego aos seus funcionários como forma de benefícios rescisórios.

(d) Participação nos lucros

O Banco reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados (reconhecido como "Despesas de pessoal" na demonstração do resultado). O Banco reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (obrigação construtiva).

2.16 Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos ("impostos sobre a renda"). Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os impostos sobre a renda são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto sobre a renda diferido ativo for realizado ou quando o imposto sobre a renda diferido passivo for liquidado. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Banco nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual possam ser usadas diferenças temporárias.

Os prejuízos fiscais disponíveis para compensação com lucros de exercícios futuros são reconhecidos como um ativo quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais possam ser usados esses prejuízos.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.17 Patrimônio líquido**(a) Capital social**

O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios do Banco que foram adquiridos (ações em tesouraria) são deduzidos do patrimônio líquido e contabilizados pelo custo. Valores pagos ou recebidos na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no lucro ou prejuízo na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios.

(c) Reservas

As reservas de capital são compostas pela reserva de ágio por subscrição de ações e a reserva de ágio na alienação de ações em tesouraria.

A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social, com base nos resultados apurados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

A reserva estatutária corresponde à transferência dos recursos contabilizados na conta de lucros acumulados, para formação de capital de giro e manutenção de margem operacional conforme previsto no estatuto social.

(d) Lucro por ação

O Banco apresenta dados de lucro por ação básico, calculado dividindo-se o lucro líquido do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o exercício.

Não existem diferenças entre lucro por ação e lucro diluído por ação.

(e) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos aos acionistas do Banco é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo de 6% do lucro líquido, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Caso o acionista não resgate os dividendos no prazo de três anos, o montante será revertido para o Patrimônio Líquido.

2.18 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2016 e não foram adotadas antecipadamente pelo Banco:

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituirá os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em três categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Banco está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018.

- IFRS 15 - "Receitas de Contratos com Clientes", requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O IFRS 15 substituirá a IAS 18, a IAS 11, bem como as interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 19). Efetiva para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma.

• IFRS 16 - "Arrendamentos", aborda a eliminação da contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. o IFRS 16 substituirá a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 17). A norma é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2019.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Banco.

3 Usos de premissas, estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados pela administração e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis de ativos e passivos estão contempladas abaixo:

(a) Mensuração do valor recuperável

O Banco reconhece as perdas inerentes a ativos financeiros não mensurados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Com essa finalidade, perdas inerentes são perdas incorridas na data-base da apresentação das demonstrações financeiras, calculadas por meio da mensuração do valor presente dos fluxos de caixas estimados das operações nas quais foram constatadas evidências objetivas de deterioração, a política contábil do Banco para perdas pela redução ao valor recuperável está descrita na nota explicativa (2.8 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros) e (2.13 Redução ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis).

(b) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma negociação entre partes não relacionadas. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado através de modelo interno com base nesse preço.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando os dados não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto e taxas de pré-pagamento.

A metodologia utilizada para avaliar o valor justo dos instrumentos financeiros da entidade é descrita em detalhes na Nota 18.

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser realizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em projeções de eventos e tendências de mercado.

Maiores detalhes são divulgados na Nota 2.16.

(d) Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

(e) Obrigações com benefícios de aposentadoria

Os planos de benefício definido são mensurados por cálculos atuariais, sendo as principais premissas a inflação, a taxa de desconto, o índice de mortalidade e o retorno do investimento. O retorno sobre os ativos representa a média dos retornos esperados ponderados por classe de ativos. Os retornos sobre investimento em ações são baseados nos rendimentos de títulos do governo com um prêmio para refletir o retorno adicional esperado em investimentos em ações. Os índices de inflação selecionados têm por base a meta de inflação do Banco Central do Brasil.

As premissas relativas à mortalidade são baseadas nas tábuas adotadas como padrão pelo respectivo setor e adotadas em nível nacional. As taxas de desconto se baseiam em índices específicos de títulos corporativos que refletem a curva de rendimentos inerente a cada plano. A estimativa do índice de aumento salarial futuro está sujeita ao julgamento da administração. Todas as premissas são imparciais, compatíveis mutuamente e baseadas em expectativas de mercado, a política contábil que descreve esta estimativa esta descrita na nota explicativa 2.15.

4 Gestão de riscos financeiros**4.1 Risco de crédito**

Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A definição de risco de crédito compreende:

- O risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos;
- O risco país, entendido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por tomador ou contraparte localizada fora do país, decorrentes de alterações no desenvolvimento político, econômico ou social do país, bem como o risco de transferência, entendido como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos valores recebidos; em decorrência de ações realizadas pelo governo do país onde está localizado o tomador ou contraparte;
- A possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante;
- A possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito.

A tabela abaixo representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito para o Banco em 31 de dezembro 2016 e de 2015. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas acima são baseadas em valores contábeis, conforme reportado no balanço patrimonial.

	Exposição máxima	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
A exposição ao risco de crédito relativo a ativos registrados no balanço patrimonial é a seguinte		
Títulos e valores mobiliários	2.964.948	3.634.870
Instrumentos financeiros derivativos	807.065	192.480
Aplicações em operações com promessa das	3.174.367	5.074.107
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	3.023
Aplicações em moedas estrangeiras	926.038	233.055
Operações de crédito e Câmbio	1.093.973	1.663.822
	<u>8.966.393</u>	<u>10.801.357</u>
Garantias prestadas- avais e fianças (<i>offbalance</i>)	737.179	710.217
Total da exposição ao risco de crédito incluindo as garantias prestadas	<u>9.703.570</u>	<u>11.511.574</u>

4.1.1 Mensuração do risco de crédito

(a) Em empréstimos e recebíveis

O Banco tem sua política de negócios voltada ao mercado de crédito, atendendo a necessidade de filiais de empresas japonesas no Brasil, multinacionais de grande porte e os grandes conglomerados nacionais.

Os clientes possuem classificação de risco (*rating*) e limites de crédito previamente aprovados, baseados em critérios de análise de crédito próprios da instituição, e também pela necessidade indicada pelo cliente, porém, levando sempre em consideração a capacidade de repagamento a partir da análise da situação econômico-financeira do cliente.

Neste âmbito são aplicadas as mais diversas técnicas de análise de crédito, sempre considerando a capacidade de geração de resultados, capacidade de geração de caixa através da análise do fluxo de caixa, grau de endividamento, setor de atividade econômica, garantias, natureza do crédito e qualidade de governança da administração.

A documentação é submetida à aprovação do Diretor do Risco de Crédito e Presidência.

Em razão do foco de negócio do Banco, as garantias estão em sua maioria baseadas em emissões de cartas de garantias das matrizes, cobrindo o risco comercial de suas filiais no Brasil.

A área de Risco de Crédito é responsável por monitorar informações sobre setores e/ou contrapartes específicas com o intuito de identificar informações que possam antecipar potencial deterioração na capacidade da contraparte em honrar suas obrigações. Tal acompanhamento é realizado através de diversas ferramentas e canais de informações disponibilizados pelo Banco, os quais o permite analisar diferentes aspectos e tendências dos setores ou indústrias.

O monitoramento abrange uma série de métricas financeiras da contraparte em relação à fluxo de caixa, faturamento, crescimento, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (“EBITDA”), alavancagem, dentre outras.

(b) Classificações internas

<u>Nível de risco</u>	<u>Definições</u>
Baixo risco	O pagamento da dívida é altamente certo e estável.
Médio risco	Não há problemas referentes à certeza de repagamento da dívida, mas existe possibilidade de que a credibilidade caia no longo prazo.
Alto risco	Tomadores que devem ser monitorados com cuidado devido ao desempenho de negócios e condições financeiras que apresentam risco com relação ao repagamento da dívida.

4.1.2 Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão resumidos abaixo:

	31 de dezembro de 2016			
	Não vencidos e sem evento de perda	Vencidos e sem evento de perda	Com evento de perda	Total
Títulos e valores mobiliários	2.964.948	-	-	2.964.948
Instrumentos financeiros derivativos	807.065	-	-	807.065
Aplicações em operações com promissadas	3.174.367	-	-	3.174.367
Aplicações em moedas estrangeiras	926.038	-	-	926.038
Operações de crédito	1.093.973	-	-	1.093.973
	<u>8.966.391</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.966.391</u>

31 de dezembro de 2015

	Não vencidos e sem evento de perda	Vencidos e sem evento de perda (*)	Com evento de perda	Total
Títulos e valores mobiliários	3.634.870	-	-	3.634.870
Instrumentos financeiros derivativos	192.480	-	-	192.480
Aplicações em operações com promissadas	5.074.107	-	-	5.074.107
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.023	-	-	3.023
Aplicações em moedas estrangeiras	233.055	-	-	233.055
Operações de crédito	1.642.345	1.481	19.996	1.663.822
	<u>10.779.880</u>	<u>1.481</u>	<u>19.996</u>	<u>10.801.357</u>

(*) Todas as operações estão vencidas há menos de 90 dias, conforme demonstrado na Nota 10, sem evidência objetiva de impairment.

A qualidade de crédito da carteira de ativos financeiros é avaliada por referência ao sistema interno de classificação adotado pelo Banco.

31 de dezembro de 2016

	Baixo risco	Médio risco	Alto risco	Total
Títulos e valores mobiliários	2.964.948	-	-	2.964.948
Instrumentos financeiros derivativos	144.425	614.862	47.778	807.065
Aplicações em operações com promissadas	933.992	2.240.375	-	3.174.367
Aplicações em moedas estrangeiras	926.038	-	-	926.038
Operações de crédito	257.180	825.326	11.467	1.093.973
	<u>5.226.583</u>	<u>3.680.563</u>	<u>59.245</u>	<u>8.966.391</u>

31 de dezembro de 2015

	Baixo risco	Médio risco	Alto risco	Total
Títulos e valores mobiliários	3.634.870	-	-	3.634.870
Instrumentos financeiros derivativos	6.624	177.586	8.270	192.480
Aplicações em operações com promissadas	5.074.107	-	-	5.074.107
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	3.023	-	3.023
Aplicações em moedas estrangeiras	233.055	-	-	233.055
Operações de crédito	786.637	794.708	82.477	1.663.822
	<u>9.735.293</u>	<u>975.317</u>	<u>90.747</u>	<u>10.801.357</u>

4.2 Risco de mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de perda decorrente da oscilação de preços de ativos e passivos resultantes das mudanças dos fatores de risco de mercado, como taxa de juros, taxas de câmbio, preços de ações e commodities.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado e seus aditivos são aprovados pela Diretoria do Banco.

A Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado é revisada com periodicidade mínima anual, a fim de determinar sua compatibilidade com os objetivos do Banco e com as condições de mercado.

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado conta com a participação diretiva do Banco através do Comitê de ALM (*Asset Liability Management Committee*) onde são estabelecidas as estratégias e diretrizes para a gestão, o monitoramento e o acompanhamento dos riscos de mercado e de liquidez. Nas reuniões do Comitê de ALM são apresentados os principais tópicos relacionados ao risco de mercado, tais como o Value at Risk ("valor em risco" ou "VaR") total e por fator de risco, simulações de condições extremas dos fatores de risco de mercado (testes de estresse) além da avaliação da condição de liquidez do Banco, , estratégias de *hedge*, *trading* e investimento.

Integram o Comitê de ALM: a presidência, departamento de Planejamento, departamento Risk Management - Grupo Market Risk Control ("DRM - GMRC"), Tesouraria e o departamento de Pesquisa Econômica.

Os limites de risco são analisados de acordo com os seguintes critérios:

- . Appetite de risco do Banco
- . Atividades passadas, correntes e planejadas
- . Concentração de risco por atividade e mercado
- . Capital disponível
- . Resultados passados, metas e projetados
- . Liquidez de mercado
- . Capacidade operacional e de controle
- . Confiança, conhecimento e capacidade dos operadores
- . Exposição dentro dos limites operacionais estabelecidos pelas regras do Banco Central do Brasil ("Banco Central").

4.2.1 Técnicas de mensuração do risco de mercado

O Banco utiliza os seguintes tipos básicos de limites de risco:

- . Limite de VaR - o valor em risco indica o valor máximo de perda de uma carteira a que o Banco está sujeito no curso de seus negócios, considerando determinado intervalo de confiança estatístico. A medida efetiva do valor em risco depende do período de tempo considerado. Assim, o VaR de um dia corresponde ao valor máximo de eventuais perdas para um determinado dia de negócios.

Value at Risk (VaR)

- . Fator de confiança - 97,7%
- . Horizonte de tempo - cinco dias

BRL	31 de dezembro de 2016					VaR
	VaR por fator de risco					
Book	FX risk	Reais	Dólares	Euros	Ienes	Total
Banking	25.326	151.184	2.549.678	8.010	9.312	2.515.840
Trading	482.893	11.728	1.823.883	12.188	633.495	3.068.332
Total	508.073	153.378	4.167.061	20.197	624.942	5.225.738

BRL		31 de dezembro de 2015				
Book	FX risk	VaR por fator de risco				VaR Total
		Reais	Dólares	Euros	Ienes	
Banking	64.510	468.350	66.925	455	475	473.245
Trading	653.610	90.180	1.512.110	86.620	1.660.795	1.238.215
Total	593.120	473.505	1.487.045	86.585	1.660.785	1.330.565

- . Limites de sensibilidade - indicador que permite ao operador avaliar rapidamente a variação do valor de uma carteira, quando ocorrer variação de um basis point (0,01%) ao longo da curva de juros. Os valores mostrados a seguir, como resultados de estresse de mercado, são calculados utilizando as variações históricas dos fatores de risco (oscilações positivas e negativas) em reais:

Carteira - Overall	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
	Total	Total
Choques positivos	826.363	1.369.685
Choques negativos	(1.643.933)	(78.862)

- . Valores *notional* - limita concentrações excessivas em determinados ativos/vencimentos, de forma a não comprometer a liquidez dos portfólios.
- . Limites de perdas ("*stop loss*") - corresponde a tolerância máxima de perdas (líquidas), acumuladas ao longo de um semestre fiscal (japonês). Deve ser estabelecido também um *stop loss* diário, para cada carteira/operador.
- . *Consultant Limit (60% loss cut limit)* - tem o objetivo alertar a Tesouraria, bem como definir estratégias de contenção.
- . *Net short position* - limite que representa o valor líquido (compras x vendas) de exposição em moeda estrangeira, sempre o equivalente em dólares.

Os principais fatores de riscos monitorados são:

- . Risco cambial
- . Risco de taxa de juros prefixada
- . Risco de cupom de índices de inflação
- . Risco de cupom de moedas
- . Risco de ações
- . Risco de *commodities*
- . Risco de volatilidade

O Banco Central estabelece exigência de capital sobre risco de mercado de acordo com as regras estabelecidas nas Circulares 3.361, 3.362; onde:

- . PJur1: Parcela referente ao fator de risco de mercado de taxa de juros pré-fixadas denominadas em reais da carteira de negociação;
- . PJur2: parcela referente ao fator de risco de mercado de cupom de moeda estrangeira da carteira de negociação.

	<u>31 de dezembro de 2016</u>	<u>31 de dezembro de 2015</u>
Taxa de juros		
PJur1 - pré-fixado	566	1.083
Pjur2 - cupom de moeda	114.718	174.639
Pjur3 - cupom de índices de preços	-	-
Taxa de câmbio		
Exposição comprada a taxa de juros	5.136	13.483

4.3 Risco de liquidez

Por ser o risco de liquidez um risco inerente às suas atividades de negócios, o Banco mantém uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez compatível com a natureza das suas operações e complexidade dos produtos e dimensão da sua exposição a este risco.

O risco de liquidez pode ser definido como:

- (i) o risco que advém da possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas;
- (ii) a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez conta com a participação diretiva do Banco através do Comitê de ALM onde são estabelecidas as estratégias e diretrizes para a gestão, o monitoramento e o acompanhamento dos riscos de liquidez.

As atividades relacionadas gerenciamento de risco de liquidez envolvem:

- . avaliação diária do nível de liquidez do Banco;
- . projeção do fluxo de caixa e da evolução da liquidez;
- . avaliação mensal da liquidez do Banco em cenários de *stress* de liquidez;
- . avaliação do impacto do resultado dos testes de *stress* sobre o balanço do Banco, bem como as contramedidas necessárias em cada um dos cenários avaliados;
- . avaliação do grau de concentração das carteiras de empréstimos e depósitos;
- . acompanhamento dos *guidelines* de liquidez;
- . elaboração da Política de Gerenciamento de Liquidez;
- . elaboração do Plano de Contingência de Liquidez;
- . reporte mensal ao Banco Central do Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL);
- . avaliação do risco de liquidez como parte da aprovação de novos produtos.

Os indicadores e cenários de *stress* são revistos semestralmente.

Para a realização dos testes de *stress* de liquidez das posições do Banco são considerados três cenários:

- . Cenário 1 - crise de *funding* de liquidez da instituição (rebaixamento de *rating* de crédito em dois níveis);
- . Cenário 2 - crise de *funding* de liquidez de forma generalizada no mercado;
- . Cenário 3 - combinação dos Cenários 1 e 2.

4.3.1 Processo de gestão do risco de liquidez

A Política Básica de Gestão do Risco de Liquidez segue os chamados Estágios de Exposição.

Estes estágios estão relacionados ao grau de dificuldade na obtenção de *funding*. Quando o estágio se eleva, as divisões relacionadas da Matriz devem cooperar tanto quanto possível para a redução do risco de liquidez de *funding* da Matriz e do Grupo.

São três os *status* dos estágios de liquidez que devem ser utilizados por todo o Grupo: (i) "normal", (ii) "preocupante" e (iii) "crise".

A alteração do estágio de liquidez é consequência do diagnóstico realizado pela Tesouraria ou DRM - GMRC, devido à condição corrente no mercado de *funding* ou por constatação pelo DRM - GMRC em relação à condição de liquidez do Banco.

O Banco utiliza-se também de um indicador de liquidez mínima. A liquidez mínima é um *guideline* parametrizado e reavaliado periodicamente pelo DRM - GMRC e é submetido à aprovação da Presidência. O *guideline* tem o seu acompanhamento diário efetuado através do relatório de controle de liquidez.

O plano de contingência do Banco pode ser acionado após análise de diversos fatores que em conjunto podem requerer medida preventiva e/ou corretiva tais como:

- . liquidez imediata abaixo da liquidez mínima;
- . estágio de liquidez global alterado pela Matriz;
- . custo de captação elevado substancialmente;
- . alteração de classificação de risco *rating*;
- . distúrbio no mercado local ou global;
- . dificuldade de captação;
- . projeção de baixa liquidez no futuro.

4.3.2 Fluxos de caixa para instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa de acordo com ativos e passivos financeiros, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas. Nos casos em que a contraparte de um passivo tem o direito de requerer o pagamento imediatamente, os saldos se apresentam com vencimento em "Até três meses".

31 de dezembro de 2016							
	Sem vencimento	Até três meses	Três meses - um ano	Um - três anos	Três - cinco anos	Mais de cinco anos	Total
A tivos financeiros ao valor justo através do resultado							
A tivos financeiros disponíveis para venda	-	91.940	824.629	2.048.379	-	-	2.964.948
Instrumentos financeiros derivativos	-	134.163	223.991	149.679	299.232	-	807.065
Aplicações em operações com promissadas	-	2.933.788	265.810	-	-	-	3.199.598
Aplicações em moedas estrangeiras	-	921.861	4.246	-	-	-	926.107
Operações de crédito	-	584.574	345.471	5.293	198.409	1.001	1.134.748
Total de ativo (vencimentos com tratuais)	-	4.666.326	1.664.147	2.203.351	497.641	1.001	9.032.466
Depósitos à vista	90.079	90.079	-	-	-	-	90.079
Depósitos a prazo e letras financeiras	-	744.729	777.581	5.266	1.188.810	-	2.716.386
Captações no mercado aberto	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses	-	2.424.612	966.487	5.229	62.839	985	3.460.152
Instrumentos financeiros derivativos	-	76.338	383.650	544.817	39.645	-	1.044.450
Total de passivo (vencimentos com tratuais)	90.079	3.335.758	2.127.718	555.312	1.291.294	985	7.311.067

31 de dezembro de 2015							
	Sem vencimento	Até três meses	Três meses - um ano	Um - três anos	Três - cinco anos	Mais de cinco anos	Total
A tivos financeiros ao valor justo através do resultado							
A tivos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	74.046	-	-	74.046
Instrumentos financeiros derivativos	-	172.653	1.351.092	2.037.079	-	-	3.560.824
Aplicações em operações com promissadas	-	80.315	12.348	42.218	57.600	-	192.481
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	5.076.780	-	-	-	-	5.076.780
Aplicações em moedas estrangeiras	-	3.072	-	-	-	-	3.072
Operações de crédito	-	233.055	-	-	-	-	233.055
Operações de crédito	-	991.805	694.700	84.188	9.571	1.235	1.781.499
Total de ativo (vencimentos com tratuais)	-	6.557.680	2.058.140	2.237.531	67.171	1.235	10.921.757
Depósitos à vista	141.499	-	-	-	-	-	141.499
Depósitos a prazo e letras financeiras	-	2.497.884	-	40.441	-	-	2.538.325
Captações no mercado aberto	-	31.032	-	-	-	-	31.032
Obrigações por empréstimos e repasses	-	1.174.375	1.925.592	1.497.332	9.437	1.206	4.607.942
Instrumentos financeiros derivativos	-	154.957	817.251	1.563.450	374.684	3.956	2.914.298
Total de passivo (vencimentos com tratuais)	141.499	3.999.747	2.742.843	3.101.223	384.121	5.162	10.233.096

Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos em aberto incluem caixa, títulos e valores mobiliários; empréstimos e adiantamentos. A administração também poderia cobrir saídas de caixa inesperadas vendendo títulos e valores mobiliários e acessando fontes de recursos adicionais, tais como mercados lastreados em ativos.

4.3.3 Apresentação dos saldos de ativos e passivos circulantes e não circulantes

A tabela a seguir apresenta o montante esperado a ser recuperado ou liquidado em até doze meses ou mais do que doze meses, para cada ativo e passivo do balanço patrimonial:

Ativo	31 dez 2016	Circulante	Não Circulante	31 dez 2015	Circulante	Não Circulante
Caixa e reserva em Banco Central	41.131	41.131	-	71.619	71.619	-
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	807.065	358.154	448.911	266.526	164.891	101.635
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	74.046	74.046	-
Instrumentos financeiros derivativos	807.065	358.154	448.911	192.480	90.845	101.635
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.964.948	916.569	2.048.379	3.560.824	1.523.743	2.037.081
Títulos e valores mobiliários	2.964.948	916.569	2.048.379	3.560.824	1.523.743	2.037.081
Empréstimos e recebíveis	5.193.065	4.987.541	205.524	6.949.395	6.851.015	98.380
Aplicações em operações compromissadas	3.174.367	3.174.367	-	5.074.107	5.074.107	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	3.023	3.023	-
Aplicações em moedas estrangeiras	926.038	926.038	-	233.055	233.055	-
Operações de crédito	1.093.973	887.240	206.733	1.663.822	1.564.511	99.311
Provisão para redução ao valor recuperável	(1.313)	(104)	(1.209)	(24.612)	(23.681)	(931)
Ativo imobilizado	30.013	-	30.013	31.258	-	31.258
Ativos intangíveis	33.109	-	33.109	31.289	-	31.289
Imposto de renda e contribuição social diferido	5.803	-	5.803	32.589	-	32.589
Outros ativos	415.046	119.756	295.289	752.060	498.874	253.186
Total do Ativo	9.490.180	6.423.151	3.067.028	11.695.560	9.110.142	2.585.418

Passivo	31 dez 2016	Circulante	Não Circulante	31 dez 2015	Circulante	Não Circulante
Passivos financeiros ao valor justo através do resultado	2.230.072	1.645.610	584.462	6.130.802	2.780.559	3.350.243
Instrumentos financeiros derivativos	1.044.450	459.988	584.462	2.914.298	972.208	1.942.090
Obrigações por empréstimos no exterior	1.185.622	1.185.622	-	3.216.504	1.808.351	1.408.153
Passivos financeiros ao custo amortizado	5.267.273	5.165.965	101.308	3.700.830	3.584.060	116.770
Depósitos de clientes	2.525.010	2.525.010	-	2.284.869	2.284.869	-
Depósitos de instituições financeiras	20.220	20.220	-	9	9	-
Captações no mercado aberto	-	-	-	31.015	31.015	-
Obrigações por empréstimos e repasses	2.722.043	2.620.735	101.308	1.384.937	1.268.167	116.770
Provisão para passivos contingentes e fiscais	154.332	-	154.332	139.483	-	139.483
Tributos a recolher	73.384	-	73.384	151.831	-	151.831
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	368.558	361.100	7.458	258.612	258.612	-
Total do passivo	8.093.619	7.172.675	920.944	10.381.558	6.623.231	3.758.327

4.4 Risco operacional

O Banco define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O gerenciamento de risco operacional é efetuado por um departamento independente da área de negócios - departamento Risk Management - Grupo Operational Risk Control. Para obter eficiência na gestão de risco operacional, o Banco vem aprimorando suas ferramentas de identificação e avaliação de riscos e se empenhando na implantação de controles que estão efetivamente contribuindo para uma melhor gestão do risco operacional.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional conta com a participação diretiva do Banco através do Comitê de Gerenciamento de Risco Operacional e com os gerentes dos departamentos, em todos os níveis da organização que são os principais responsáveis por identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos, de forma a incorporar o conceito de gerenciamento de risco operacional no dia a dia dos negócios. Essa estrutura é apoiada por um sistema informatizado onde são contemplados os riscos inerentes aos processos.

Algumas atividades relacionadas à gestão de riscos operacionais são desempenhadas por outros departamentos, tais como: Riscos Legais; Gerenciamento de Contratos de Terceiros; Conformidade às Normas e Regulamentos; Combate à Lavagem de Dinheiro; Práticas Inadequadas a Clientes, Produtos e Serviços e Ativos Tangíveis.

No que se refere à mensuração quantitativa do risco operacional, o Banco vem identificando os eventos de perdas relativos aos riscos, padronizando as informações e formando uma base de dados de perdas operacionais, conforme determinação do acionista controlador (Matriz), os quais também estão em consonância com as necessidades da regulamentação local. Estes eventos de perdas são avaliados individualmente a cada ocorrência e estabelecidos planos de ação, como medidas preventivas para mitigar os riscos operacionais apresentados.

4.5 Gestão de capital

A adequação do capital e o uso de capital regulatório são monitorados pelo Banco através de técnicas baseadas em orientações estabelecidas pelo Comitê da Basileia, na forma implementada pelo Banco Central através das Resoluções CMN nº 4.913/13 e nº 4.912/13 e Circular Bacen nº 3.644/13, para fins de supervisão. As informações exigidas são mensalmente submetidas ao órgão competente.

O capital regulatório do Banco está dividido em dois níveis:

- . Patrimônio de referência nível I: capital social, ações em tesouraria, lucros acumulados, reservas criadas por apropriação de lucros acumulados, valor contábil do ajuste ao valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda, ativo diferido e ativo intangível multiplicado pelo fator F, disponibilizado pelo Banco Central (0,4).
- . Patrimônio de referência nível II: instrumentos de dívida subordinados autorizados

Os ativos ponderados pelo risco são determinados de acordo com a natureza de cada ativos e sua contrapartida, além de refletir uma estimativa de riscos de crédito, mercado e outros riscos associados.

O Risco Operacional foi calculado pelo método da Abordagem de Indicador Básico, cuja referência de exposição ao risco operacional corresponde a 15% para cada período anual, à soma dos valores semestrais das receitas de intermediação financeira e das receitas com prestação de serviços, deduzidas as despesas de intermediação financeira.

O quadro abaixo demonstra a apuração do Índice de Basileia:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Capital de nível I	1.370.650	1.303.579
Capital social	853.071	853.071
Reservas de capital	5.103	5.103
Reservas de lucro	533.675	452.543
Ações em tesouraria	(4.054)	(4.054)
Ganhos/(Perdas) não realizadas de ajuste de avaliação patrimonial	(566)	517
Ativo Intangível	(16.579)	(3.599)
Ativo Diferido	-	(2)
Capital de nível II	-	-
Patrimônio de Referência (PR)	1.370.650	1.303.579
Risco de Crédito	4.070.536	3.873.721
Risco de Mercado	1.179.835	1.646.502
Risco Operacional	546.009	355.880
Ativos ponderados pelo Risco (RWA)	5.796.380	5.876.103
Índice de Basileia (PR / RWA)	23,65%	22,18%

4.6 Razão da Alavancagem (RA)

Em atendimento a Circular do Banco Central do Brasil nº 3.748, de 25 de fevereiro de 2015, as informações relacionadas a metodologia para apuração da Razão da Alavancagem (RA) encontra-se disponível em nossa página, na rede mundial de computadores (Internet) no sítio: www.br.bk.mufig.jp.

5 Caixa, equivalentes de caixa e reserva em Banco Central

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Caixa	10.762	14.570
Caixa em moeda nacional	135	160
Caixa em moeda estrangeira	10.627	14.410
Equivalentes de caixa	3.162.177	4.898.050
Operações com promissas das	2.240.375	4.664.995
Aplicações em moedas estrangeiras	921.802	233.055
Total de caixa e equivalentes de caixa	3.172.939	4.912.619
Reserva em Banco Central	30.369	57.049

6 Ativos financeiros ao valor justo através do resultado
Títulos e valores mobiliários

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Títulos públicos federais		
Letras Financeiras do Tesouro	-	74.046
	-	74.046

7 Instrumentos financeiros derivativos

O Banco possui como política a minimização de riscos de mercado resultantes de suas operações através da utilização de instrumentos derivativos. A administração dos riscos de mercado é efetuada por área independente, que se utiliza de práticas que incluem a medição, e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos *gaps* de liquidez, dentre outras práticas que permitem o acompanhamento dos riscos de oscilações nos preços de ativos, nas taxas de juros e outros fatores que podem afetar as posições das carteiras da Instituição nos diversos mercados onde atua.

O valor de mercado dos *swaps* é apurado considerando o fluxo de caixa estimado de cada uma de suas pontas, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As operações a termo são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão de fluência dos prazos dos contratos, até a data do balanço.

Operações de futuros - os ajustes diários são contabilizados em conta de ativo e passivo e apropriados diariamente como receitas e despesas.

As operações de futuros são negociados e custodiados na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), sendo que ajustes a tais curvas são efetuados sempre que determinados pontos são considerados ilíquidos ou que, por motivos atípicos, não representem fielmente as condições de mercado.

As operações de *Swape* a termo são custodiados na Cetip S.A. - Mercados Organizados.

As posições ativas e passivas em instrumentos financeiros derivativos eram representadas como segue:

a)	Valor referencial		Valor justo	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Contratos de futuros				
Instrumento de <i>hedge</i>	1.457.341	1.878.159	-	-
Não instrumento de <i>hedge</i>	15.431.241	22.934.946	-	-
Contratos de swap				
Instrumento de <i>hedge</i>	-	318.790	-	(67)
Não instrumento de <i>hedge</i>	12.569.223	14.044.982	(448.464)	(2.694.881)
Operações a termo	1.457.558	1.194.379	211.079	(26.870)
Total de ativos financeiros	<u>30.915.363</u>	<u>40.371.256</u>	<u>(237.385)</u>	<u>(2.721.818)</u>

A tabela abaixo demonstra o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, registrados como ativos e passivos:

b)	31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Contratos de Swap	586.662	(1.035.126)	169.926	(2.864.875)
Operações a Termo	220.403	(9.324)	22.554	(49.423)
	<u>807.065</u>	<u>(1.044.450)</u>	<u>192.480</u>	<u>(2.914.298)</u>

8 **Hedge accounting**

O Banco possui contratos derivativos negociados em bolsa utilizados como instrumentos de *hedge*, em estratégia de *hedge* de valor justo.

Os objetos de *hedge* são títulos e valores mobiliários inicialmente designados como disponíveis para venda, e obrigações por empréstimos no exterior.

Nossas estratégias de *hedge* visam proteger o Banco contra (i) risco de variação cambial e risco de variação na taxa de juros para pagamentos de principal e juros, referente às captações de recursos contraídas no exterior indexados pela moeda norte americana e (ii) risco de variação na taxa de juros pela compra de títulos públicos federais a taxa de juros pré-fixada.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessa estratégia, o Banco mensura a efetividade das estratégias de *hedge* prospectivamente (efetividade esperada), e retrospectivamente (efetividade observada desde o início da operação).

Teste prospectivo: Critical Terms (termos críticos) ou Regressão Linear

- Termos críticos: avaliação qualitativa utilizada se os termos do instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge* coincidirem exatamente. Se os valores nominais, termos, datas, moedas do “Valor Justo” coincidirem, então a estratégia de *hedge* será perfeitamente efetiva;
- Regressão linear: técnica estatística que utiliza informações históricas para prever o valor de uma variável (objeto de *hedge*) e o impacto na outra variável (instrumento de *hedge*). Se a relação for alta e negativamente correlacionada, a estratégia de *hedge* pode ser considerada altamente efetiva.

- Teste retrospectivo: Dollar Offset (análise de rateio)

O teste retrospectivo é realizado a cada data de fechamento contábil. Para não haver a descaracterização do *hedge*, as variações no valor justo do instrumento de *hedge* comparadas às variações no valor justo do objeto de *hedge* devem resultar em uma proporção entre 80% e 125%, acumulada desde o início do *hedge*.

Hedge de valor justo

Instrumento/operação	2016		2015	
	Estratégia 1	Estratégia 2	Estratégia 1	Estratégia 2
Instrumento de <i>hedge</i> de valor justo	Operações de swap contratadas for a do Brasil e futuros contratadas na BM&FBOVESPA	Operações de futuros contratadas na BM&FBOVESPA	Operações de swap contratadas for a do Brasil e futuros contratadas na BM&FBOVESPA	Operações de futuros contratadas na BM&FBOVESPA
Objeto de <i>hedge</i> de valor justo	Captações em moeda norte americana	Letras do Tesouro Nacional (títulos públicos)	Captações em moeda norte americana	Letras do Tesouro Nacional (títulos públicos)
Valor justo do instrumento de <i>hedge</i>	1.181.529	(275.812)	2.789.474	(911.315)
Valor justo do objeto de <i>hedge</i>	(1.181.271)	275.805	(3.172.843)	911.423
Valor justo 1º dia diferido do objeto de <i>hedge</i>	(4.351)	-	(43.661)	-
Ganho (perda) referente ao instrumento de <i>hedge</i>	(419.974)	255.509	416.542	(64.604)
Ganho (perda) referente ao objeto de <i>hedge</i>	393.686	(255.738)	(416.694)	64.593
Taxa de efetividade	97,74% - 100%	99,97% - 99,99%	94,32% - 100%	99,99% - 100%

9 Ativos financeiros disponíveis para venda

	31 de dezembro de 2016			31 de dezembro de 2015		
	Custo	Valor justo	Ajuste a valor justo	Custo	Valor justo	Ajuste a valor justo
Títulos públicos federais						
Letra Financeira do Tesouro	2.394.471	2.393.700	(771)	1.792.223	1.792.148	(75)
Letras do Tesouro Nacional						
Objeto de hedge (*)	274.188	275.805	1.617	915.024	911.423	(3.601)
Não objeto de hedge	-	-	-	392.463	392.128	(335)
Nota do Tesouro Nacional	10.485	10.482	(3)	13.103	12.835	(268)
Títulos privados						
Debêntures	285.216	284.961	(255)	283.675	285.058	1.383
Nota promissória	-	-	-	166.996	167.232	236
	<u>2.964.360</u>	<u>2.964.948</u>	<u>588</u>	<u>3.563.484</u>	<u>3.560.824</u>	<u>(2.660)</u>

O ajuste a valor justo de títulos disponíveis para a venda é contabilizado em "Ajustes de avaliação patrimonial" líquidos de efeito fiscal (45%). O ajuste no exercício foi de R\$ (1.083) em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 873 em 31 de dezembro de 2015).

(*) O ajuste a valor justo das Letras do Tesouro Nacional que são objeto de hedge está contabilizado em "Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros" no resultado do exercício. Vide Nota 25 (b).

Títulos e valores mobiliários dados em garantia de operações com compromisso de recompra acordadas com outros bancos são títulos de dívida pública (vide Nota 12).

10 Operações de crédito

(i) Apresentamos a seguir a composição da carteira de Operações de crédito, por tipo e vencimento:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Adiantamento a depositantes	-	5
Capital de giro	406.537	467.006
Conta garantida	3.129	29.305
Repasses de captação externa	1.851	7.599
Financiamentos BNDES/FINAME	110.954	111.456
Financiamento rural e agroindustriais	66.897	50.693
Financiamento à exportação	228.227	173.004
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e rendas a receber	276.378	824.754
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão para perdas por redução ao valor recuperável	1.093.973	1.663.822
Por vencimento		
Vencido a mais de 180 dias	-	19.996
Vencido até 15 dias	-	1.481
A vencer 1 a 90 dias	574.593	827.373
A vencer 91 a 180 dias	138.925	485.657
A vencer 181 a 365 dias	173.909	229.302
A vencer acima de 365 dias	206.546	100.013
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão para perdas por redução ao valor recuperável	1.093.973	1.663.822
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	(1.313)	(24.612)
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas por redução ao valor recuperável	1.092.660	1.639.210

(ii) Apresentamos a seguir a composição da carteira de Operações de crédito, por setor de atividade econômica dos tomadores de crédito:

Setor de atividade	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Comércio	339.652	576.215
Químico e Petroquímico	202.803	268.981
Eletricidade, Gás, Água e Esgoto	180.113	113.634
Eletroeletrônicos	54.145	10.653
Máquinas e Equipamentos	47.372	87.598
Siderurgia e Metalurgia	35.488	202.020
Automotivo	20.676	145.937
Têxtil e Confecções	14.087	15.118
Transportes	11.736	582
Serviços Privados	9.900	129.609
Alimentos e bebidas	4.660	17.231
Papel e celulose	-	65.059
Agropecuária	-	19.996
Outros	173.341	11.189
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perdas por redução ao valor recuperável	1.093.973	1.663.822

11 Provisão para redução ao valor recuperável sobre Operações de Crédito

O Banco avalia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável em empréstimos e recebíveis de forma individual para os ativos financeiros que sejam individualmente significativos, e coletivamente para ativos financeiros que não sejam significativos (conforme descrito na Nota 2.8). O Banco não possui evidências de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros individualmente significativos em 31 de dezembro 2016 e 31 de dezembro 2015.

Com relação aos clientes não individualmente significativos, o saldo da provisão é de R\$ 1.313 mil em 31 de dezembro 2016 (R\$ 24.612 mil em 31 de dezembro 2015, o qual englobava o valor de R\$ 19.996 com evento de perda).

As variações na provisão para redução ao valor recuperável nos saldos da rubrica "Operações de crédito" são as seguintes:

	2016	2015
Provisão para redução ao valor recuperável		
Saldo inicial em 1º de janeiro	(24.612)	(20.178)
Constituição	(1.313)	(8.212)
Reversão	24.612	3.778
	<u>(1.313)</u>	<u>(24.612)</u>

12 Ativos dados em garantia

Os montantes de ativos financeiros dados em garantia de operações com compromisso de recompra acordados com outros bancos ou clientes ("Aplicações em operações compromissadas") e para os depósitos de margem de garantia das operações do Banco na BM&FBOVESPA e SELIC correspondem a:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Títulos vinculados a recompra	-	31.077
Margem para operações de BM&F	2.566.173	2.749.949
Letras do Tesouro Nacional	183.870	1.269.129
Letras Financeiras do Tesouro	2.382.303	1.470.819
Notas do Tesouro Nacional	-	10.001
	<u>2.566.173</u>	<u>2.781.026</u>

13 Outros ativos

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Depósitos judiciais	221.448	204.544
Carteira de câmbio	98.402	162.812
Impostos e contribuições a compensar	65.362	46.930
Negociação e intermediação de valores	12.203	330.960
Rendas a receber	9.938	954
Despesas antecipadas	5.842	5.049
Outros ativos	1.382	321
Relações interfinanceiras	469	490
	<u>415.046</u>	<u>752.060</u>

14 Ativo imobilizado

	Edificações	Terrenos	Máquinas e equipamentos de uso	Sistema de processamento de dados	Sistema de transporte	Sistema de segurança	Sistema de comunicação	Total
Em 31 de dezembro de 2014								
Custo de aquisição	29.981	1.416	7.364	12.034	1.075	3.282	1.239	56.391
Depreciação acumulada	(13.095)	-	(1.922)	(4.435)	(767)	(711)	(767)	(21.697)
Valor contábil líquido	16.886	1.416	5.442	7.599	308	2.571	472	34.694
Adições	773	-	20	1.429	-	-	8	2.230
Baixas	-	-	-	(33)	(204)	-	-	(237)
Depreciação no exercício	(2.605)	-	(672)	(1.642)	(133)	(318)	(239)	(5.609)
Baixa da depreciação	-	-	-	30	150	-	-	180
Em 31 de dezembro de 2015	15.054	1.416	4.790	7.383	121	2.253	241	31.258
Custo de aquisição	30.754	1.416	7.384	13.430	871	3.282	1.247	58.384
Depreciação acumulada	(15.700)	-	(2.594)	(6.047)	(750)	(1.029)	(1.006)	(27.126)
Valor contábil líquido	15.054	1.416	4.790	7.383	121	2.253	241	31.258
Adições	12	-	(107)	4.991	-	20	-	4.916
Baixas	(1.726)	-	9	(267)	-	(80)	-	(2.064)
Depreciação no exercício	(2.256)	-	(669)	(2.002)	(94)	(300)	(157)	(5.478)
Baixa da depreciação	1.267	-	37	54	-	23	-	1.381
Em 31 de dezembro de 2016	12.351	1.416	4.060	10.159	27	1.916	84	30.013
Em 31 de dezembro de 2016								
Custo de aquisição	29.040	1.416	7.286	18.154	871	3.222	1.247	61.236
Depreciação acumulada	(16.689)	-	(3.226)	(7.995)	(844)	(1.306)	(1.163)	(31.223)
Valor contábil líquido	12.351	1.416	4.060	10.159	27	1.916	84	30.013

Não houve perda por redução ao valor recuperável para itens do ativo imobilizado em nenhum dos exercícios apresentados.

As despesas de depreciação foram contabilizadas na conta "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

15 Ativos intangíveis

	Gastos com aquisições e desenvolvimento de sistemas	Ativos intangíveis em desenvolvimento	Direitos de uso	Total
Em 31 de dezembro de 2014				
Custo de aquisição	33.755	9.632	18	43.405
Amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável	(19.363)	-	(18)	(19.381)
	<u>14.392</u>	<u>9.632</u>	<u>-</u>	<u>24.024</u>
Adições	2.532	15.408	-	17.940
Baixas	(72)	(5.344)	-	(5.416)
Amortização no exercício	(5.259)	-	-	(5.259)
Em 31 de dezembro de 2015	<u>11.593</u>	<u>19.696</u>	<u>-</u>	<u>31.289</u>
Em 31 de dezembro de 2015				
Custo de aquisição	36.194	19.696	18	55.908
Amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável	(24.601)	-	(18)	(24.619)
Em 31 de dezembro de 2015	<u>11.593</u>	<u>19.696</u>	<u>-</u>	<u>31.289</u>
Adições	17.701	11.554	-	29.255
Baixas	(4.768)	(22.501)	-	(27.269)
Amortização no exercício	(4.754)	-	-	(4.754)
Baixa da amortização	4.588	-	-	4.588
Em 31 de dezembro de 2016	<u>24.360</u>	<u>8.749</u>	<u>-</u>	<u>33.109</u>
Em 31 de dezembro de 2016				
Custo de aquisição	49.127	8.749	18	57.894
Amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável	(24.767)	-	(18)	(24.785)
Em 31 de dezembro de 2016	<u>24.360</u>	<u>8.749</u>	<u>-</u>	<u>33.109</u>

Não houve perda por redução ao valor recuperável para itens do ativo intangível em nenhum dos exercícios apresentados.

16 Passivos financeiros ao valor justo através do resultado

Estão classificados nesta categoria Instrumentos financeiros derivativos (vide Nota 7) e Obrigações por empréstimos que o Banco designou como objeto de hedge (vide Nota 8).

17 Passivos financeiros ao custo amortizado

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Depósitos de clientes		
Depósitos à vista	90.008	141.495
Depósitos a prazo	2.396.871	2.110.173
Letras Financeiras	38.130	33.201
Depósitos de instituições financeiras		
Depósitos à vista	71	9
Depósitos Inter financeiros	20.150	-
Captações no mercado aberto	-	31.015
Empréstimos no exterior	2.316.490	1.044.070
Repasses no País	176.708	161.463
Repasses no exterior	228.845	179.404
	5.267.273	3.700.830

Os depósitos a prazo referem-se a certificados de depósito bancário com vencimento até maio de 2020.

As obrigações por empréstimo e repasses no exterior referem-se a captações em moeda estrangeira com a Matriz para financiamento de operações de comércio exterior, com vencimento até agosto de 2017, e para repasses a clientes locais na forma da Resolução nº 3.844, com vencimentos até novembro de 2024 e são atualizadas pela variação cambial acrescidas de *spread*.

18 Valor justo de ativos e passivos financeiros
(a) Instrumentos financeiros ao valor justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros o Banco utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação.

Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais, todos os inputs significativos são baseados em dados de mercado observáveis, baseando-se principalmente em dados divulgados pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA e ANBIMA.

Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais, são utilizados inputs significativos que não se baseiam em dados de mercado observáveis.

A tabela a seguir apresenta a composição dos ativos e passivos financeiros mensurados valor justo através do resultado classificados pelos níveis hierárquicos:

Todos os ativos e passivos financeiros foram mensurados através do Nível 2.

	Nível 2	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado		
Títulos e valores mobiliários	-	74.046
Instrumentos financeiros derivativos	807.065	192.480
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Títulos e valores mobiliários	<u>2.964.948</u>	<u>3.560.824</u>
Total	<u>3.772.013</u>	<u>3.827.350</u>
Passivos financeiros ao valor justo através do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos	1.044.450	2.914.298
Obrigações por empréstimos no exterior	<u>1.185.622</u>	<u>3.216.504</u>
Total	<u>2.230.072</u>	<u>6.130.802</u>

Durante os períodos apresentados não houve transferências entre níveis da hierarquia do valor justo.

(b) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não são reconhecidos no balanço patrimonial ao seu valor justo.

	Valor contábil		Valor justo	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Em empréstimos e recebíveis				
Aplicações em operações com promissadas	3.174.367	5.074.107	3.174.646	5.074.118
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	3.023	-	3.019
Aplicações em moedas estrangeiras	926.038	233.055	926.001	233.038
Operações de crédito	<u>1.093.973</u>	<u>1.663.822</u>	<u>1.085.916</u>	<u>1.734.900</u>
Total de ativos financeiros	<u>5.194.378</u>	<u>6.974.007</u>	<u>5.186.563</u>	<u>7.045.075</u>
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Depósitos à vista	90.079	141.504	90.079	141.504
Depósitos a prazo e letra financeira	2.435.002	2.143.374	2.424.275	2.136.886
Depósitos interfinanceiros	20.150	-	20.144	-
Captações no mercado aberto	-	31.015	-	31.015
Obrigações por empréstimos e repasses	<u>2.732.072</u>	<u>1.384.937</u>	<u>2.697.159</u>	<u>1.367.249</u>
Total de passivos financeiros	<u>5.277.303</u>	<u>3.700.830</u>	<u>5.231.657</u>	<u>3.676.654</u>

O valor justo dos ativos e passivos financeiros são calculados mediante o desconto dos fluxos de caixa nas condições contratuais pelas taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares.

19 Provisão para passivos contingentes, fiscais e atuariais

As provisões para passivos contingentes (trabalhistas e cíveis), riscos fiscais e previdenciárias atuariais são reconhecidas nas demonstrações financeiras na rubrica "Provisão para passivos contingentes, fiscais e atuariais", quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, independentemente de existirem depósitos judiciais.

Os depósitos judiciais estão registrados em "Outros ativos".

(a) Provisões para riscos fiscais e passivos contingentes e atuariais
Provisão para Riscos Fiscais

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Provisão para Riscos Fiscais	115.417	107.915
	<u>115.417</u>	<u>107.915</u>

Provisão para passivos contingentes e atuariais

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Contingências trabalhistas	15.198	7.968
Contingências cíveis	20.127	18.440
Previdenciárias atuariais	3.590	5.160
	<u>38.915</u>	<u>31.568</u>
Total de Provisão para Riscos Fiscais, Passivos Contingentes e Atuariais	<u>154.332</u>	<u>139.483</u>

(b) Movimentação das provisões

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
<u>Provisão para Riscos fiscais</u>		
Saldo inicial	107.915	98.698
Adição	7.532	15.211
Utilização/Reversão	(30)	(5.994)
Saldo final	<u>115.417</u>	<u>107.915</u>

A provisão para riscos fiscais refere-se, principalmente, à (i) obrigação legal relativa à discussão judicial relacionada à cobrança de IRPJ e CSLL, decorrente das rendas a apropriar de operações de crédito em liquidação de exercícios anteriores e (ii) obrigação legal relativa ao tributo de COFINS onde o Banco discute a Lei 9.718/98. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos o risco de perda para tal processo é possível.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Contingências trabalhistas		
Saldo inicial	7.968	5.307
Adição	8.964	6.702
Utilização/Reversão	(1.734)	(4.041)
Saldo final	<u>15.198</u>	<u>7.968</u>
Contingências cíveis		
Saldo inicial	18.440	13.249
Adição	1.795	5.213
Utilização/Reversão	(108)	(22)
Saldo final	<u>20.127</u>	<u>18.440</u>
Previdenciárias atuariais		
Saldo inicial	5.160	5.336
Adição	123	-
Utilização/Reversão	(1.693)	(176)
Saldo final	<u>3.590</u>	<u>5.160</u>

Existem outros processos de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 93.400 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 38.782 em 31 de dezembro de 2015) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que sua contabilização não é requerida.

20 Tributos a recolher e outros passivos

(a) Tributos a recolher

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Imposto de renda e contribuição social	61.357	136.359
PIS e COFINS	566	6.345
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	6.548	5.237
Impostos e contribuições sobre salários	3.126	2.907
Outros	1.787	983
	<u>73.384</u>	<u>151.831</u>

(b) Outros passivos

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Carteira de câmbio	170.596	92.827
Negociação e intermediação de valores	120.210	24.380
Despesa de Pessoal	27.707	24.152
Despesa de Prestação de serviço de importação	22.916	16.722
Relações interdependências	20.157	89.272
Outros	3.891	4.272
Sociais e estatutárias	1.711	4.785
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	570	1.165
Comissões sobre avais e fianças	800	1.037
	<u>368.558</u>	<u>258.612</u>

21 Compromissos de crédito (offbalance)

Os valores não reconhecidos (*offbalance*) referente a garantias financeiras estão demonstrados abaixo:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Cartas de crédito	-	561
Avais e fianças	737.179	709.656
	<u>737.179</u>	<u>710.217</u>

22 Patrimônio líquido
Movimentação das quantidades de ações

	Ações ordinárias	Ações em tesouraria	Total
Quantidades em 31 de janeiro de 2014	4.331.569.051	24.665.842	4.356.234.893
Emissão de ações	-	-	-
Compra de ações em tesouraria	(48.550)	48.550	-
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	-
Quantidades em 31 de dezembro de 2015	4.331.520.501	24.714.392	4.356.234.893
Emissão de ações	-	-	-
Compra de ações em tesouraria	-	-	-
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	-
Quantidades em 31 de dezembro de 2016	<u>4.331.520.501</u>	<u>24.714.392</u>	<u>4.356.234.893</u>

(a) Capital social e Dividendos

O capital social é representado por 4.356.234.893 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo 13.599.844 ações de acionistas residentes no país, 24.714.392 ações em tesouraria e 4.317.920.657 ações de residentes no exterior.

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo de 6% do lucro líquido, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Para este exercício foi destacado o montante de R\$ 4.702 (2015 - R\$ 6.712).

(b) Reservas estatutárias
(i) Reserva de capital

As reservas de capital são compostas pela reserva de ágio por subscrição de ações e a reserva de ágio na alienação de ações em tesouraria, estabelecidas de acordo com a Lei das S.A.

(ii) Reserva de lucros

A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária (Lei das S.A.), podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

(c) Ajuste de avaliação patrimonial

Esta rubrica engloba o ajuste a valor justo líquido de impostos dos ativos financeiros disponíveis para venda.

23 Receitas de juros e similares

Receitas de juros e similares na demonstração do resultado compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, e das retificações de resultado como consequência da contabilização das operações de *hedge accounting*. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

A composição dos principais itens que compõe as receitas de juros e similares auferidos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 está demonstrada a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	3.460	16.080
Ativos financeiros disponíveis para venda	420.328	311.893
Empréstimos e recebíveis		
Aplicações em operações compromissadas	489.802	563.437
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.554	4.740
Aplicações em moedas estrangeiras	459	76
Operações de crédito	89.147	159.276
Outros	25	3.272
	<u>1.006.775</u>	<u>1.058.774</u>

24 Despesas de juros e similares

Despesas de juros e similares na demonstração do resultado compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, das retificações de custo, como resultado da contabilização das operações de *hedge accounting*.

A composição dos principais itens que compõe as despesas de juros e similares auferidos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 está demonstrada a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Depósitos a prazo	231.187	179.343
Captações no mercado aberto	7.782	43.864
Obrigações por empréstimos e repasses	(1.345)	69.579
Depósito Interfinanceiro	1.195	1.184
Fundo Garantidor de Crédito	2.946	2.494
	<u>241.765</u>	<u>296.464</u>
25 Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros		
(a) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado		
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ajuste a valor justo		
Instrumentos financeiros derivativos	(991.670)	625.605
Títulos e valores mobiliários	(466)	26
Obrigações por empréstimos e repasses objetos de <i>hedge</i>	(25.896)	(11.369)
Lucros (prejuízos) na realização de títulos e valores mobiliários	286	769
	<u>(1.017.746)</u>	<u>615.031</u>
(b) Ativos financeiros disponíveis para venda		
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários objetos de <i>hedge</i>	156	7.768
Lucros (prejuízos) na realização de títulos e valores mobiliários	(865)	(2.641)
	<u>(709)</u>	<u>5.127</u>
26 Ganhos (perdas) cambiais, líquidos		
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Aplicações no Exterior	26.102	26.554
Câmbio	(89.566)	473.717
Empréstimos	(609)	5.177
Financiamento de Exportação	(42.500)	(3.898)
Financiamento de Importação	-	183
Obrigações e repasses	729.114	(1.460.885)
	<u>622.541</u>	<u>(959.152)</u>
27 Receita líquida de comissões e prestação de serviços		

A rubrica "Receita líquida de comissões e prestação de serviços" é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco no exercício, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessas rubricas está demonstrada a seguir:

	2016	2015
Receitas de comissões e prestação de serviços	29.336	20.804
Taxa de administração	279	394
Rendas de outros serviços	398	702
Garantias prestadas	5.821	3.129
Tarifas bancárias	1.150	1.222
Cobrança	127	230
Outros	70	26
Total das receitas de comissões e prestação de serviços	<u>37.181</u>	<u>26.507</u>
28 Outras receitas (despesas) operacionais		
	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	2.432	1.141
Atualização de depósitos judiciais	13.433	15.349
Despesas tributárias	(27.264)	(37.911)
Contingências	(17.946)	(28.444)
Resultado na alienação de valores e bens	(811)	(434)
Resultado na alienação de investimentos	-	31
Diversos	444	(204)
	<u>(29.712)</u>	<u>(50.472)</u>
29 Despesas de pessoal		
	2016	2015
Salários	78.021	69.147
Encargos sociais	33.331	29.135
Honorários	12.805	9.971
Benefícios	10.205	9.062
Treinamentos	744	1.158
	<u>135.106</u>	<u>118.473</u>
30 Depreciação e amortização		
	2016	2015
Depreciação de ativo imobilizado	5.477	5.429
Amortização de ativos intangíveis	4.758	5.259
	<u>10.235</u>	<u>10.688</u>

31 Outras despesas administrativas

	2016	2015
Serviços técnicos especializados	14.428	22.403
Processamento de dados	11.480	8.706
Serviços do sistema financeiro	10.578	8.825
Viagens	3.264	2.969
Outras despesas administrativas	2.919	3.241
Aluguéis de contratos de arrendamentos operacionais	2.853	2.807
Comunicações	2.367	2.169
Serviços de terceiros	2.193	2.130
Vigilância e segurança	2.141	1.878
Manutenção e conservação de bens	1.834	1.671
Água, energia e gás	792	809
Promoções e relações públicas	663	676
Contribuições filantrópicas	413	284
Material	192	220
Propaganda e publicidade	156	23
Transportes	146	147
Publicações	142	166
Seguros	65	82
	<u>56.626</u>	<u>59.206</u>

32 Imposto de renda e contribuição social

(a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	2016	2015
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	177.901	206.550
(Inclusões) Exclusões	54.388	(121.624)
Provisão Conting. Fiscais e Cíveis	(13.051)	(16.991)
Provisão Operações de Crédito	-	(4.434)
Provisão para Bonus e PLR a pagar	(7.143)	(6.451)
Provisão para Pagto. Desp. Adm.	(7.098)	(12.101)
Atualização depósito judicial	13.433	15.349
Ajuste MtM Derivativos	68.986	(84.490)
Outras	(739)	(12.506)
Base de Cálculo para Imposto de Renda e Contribuição Social	123.513	328.174
IRPJ e CSLL Correntes do período	(55.419)	(137.399)
IRPJ e CSLL Diferido do período	(34.444)	46.012
	<u>(89.863)</u>	<u>(91.387)</u>

(b) Composição do imposto de renda e contribuição a compensar:

	2016	2015
IRPJ	37.656	26.555
CSLL	22.636	15.061
PIS	5.070	4.993
Dividendos - IR	-	248
Outros	-	73
	65.362	46.930

(c) Movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias:

	31/12/2015	Realização/ Reversão	Constituição	31/12/2016
Impacto no Resultado				
Créditos de Liquidação Duvidosa	11.075	(1.486)	-	9.589
Provisão de bônus	-	-	-	-
Provisão de PLR	6.116	-	850	6.966
Pagamentos a Efetuar	7.931	-	2.713	10.644
Provisões para Passivos Contingentes				
- Riscos Fiscais / Civ eis	17.536	-	4.192	21.728
- Ações Trabalhistas	3.585	-	3.254	6.839
Atualização Deposito Judicial	(34.474)	-	(5.918)	(40.392)
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros				
Derivativos	9.797	-	(21.362)	(11.565)
MTM Hedge Accounting	9.123	(9.684)	-	(561)
Impacto no Patrimônio Líquido				
Previdência	2.322	(231)	-	2.091
Outros (Tit. Disponíveis para venda)	(422)	886	-	464
Total	32.589	(10.515)	(16.271)	5.803
	31/12/2014	Realização/ Reversão	Constituição	31/12/2015
Impacto no Resultado				
Créditos de Liquidação Duvidosa	8.071	-	3.004	11.075
Provisão de bônus	4.685	(4.685)	-	-
Provisão de PLR	638	-	5.478	6.116
Pagamentos a Efetuar	2.750	-	5.181	7.931
Provisões para Passivos Contingentes				
- Riscos Fiscais / Civ eis	12.914	-	4.622	17.536
- Ações Trabalhistas	2.123	-	1.462	3.585
Atualização Deposito Judicial	(28.334)	-	(6.140)	(34.474)
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros				
Derivativos	(16.979)	-	35.899	18.920
Impacto no Patrimônio Líquido				
Previdência	2.134	-	188	2.322
Outros (Tit. Disponíveis para venda)	237	(659)	-	(422)
Total	(11.761)	(5.344)	49.694	32.589

(d) Projeção de realização dos créditos tributários:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, segundo o qual há expectativa de geração de resultados futuros positivos:

Ano	Valor Contábil	
	Imposto de Renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
2016	-	42.914
2017	29.294	2.710
2018	2.724	1.051
2019	2.723	3.545
2020	3.339	3.544
2021	3.281	2.771
2022	3.281	2.737
2023	3.280	2.737
2024	3.280	2.738
2025	3.280	2.738
2026	3.280	-
	57.761	67.486

33 Partes relacionadas

Para o Banco, partes relacionadas são definidas como sendo a Matriz e dependências, controladores e acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares.

As empresas relacionadas com as quais o Banco possui transações estão demonstradas a seguir:

	2016		2015	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades em moedas estrangeiras	10.245	9.492	13.784	30.421
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - New York	-	-	1.160	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - London	701	-	4.474	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - Tokyo	9.277	-	7.856	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - Hong Kong	211	-	205	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - Mexico	56	-	89	-
Variação cambial	-	9.492	-	30.421
Aplicações em moedas estrangeiras	926.038	7.891	233.055	19.621
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - New York	926.015	7.891	233.055	19.621
Juros	23	459	-	76
Variação cambial	-	7.432	-	19.545
Depósito à vista	(4.473)	-	(3.963)	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - Tokyo	(4.473)	-	(3.963)	-
Obrigações por empréstimos e repasses	(3.740.987)	698.827	(4.048.154)	(1.441.368)
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - New York	(3.740.987)	698.827	(4.048.154)	(1.441.368)
Juros	-	(35.171)	-	(31.531)
Variação cambial	-	733.998	-	(1.409.837)
Dividendos a pagar	(1.687)	-	(4.752)	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - Tokyo	(1.687)	-	(4.752)	-
Operações de <i>swap</i>	1.952	(5.651)	2.229	(20.026)
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - New York	1.952	(5.651)	2.229	(20.026)
- rendas de operações com derivativos	-	12.071	-	11.749
- despesas de operações com derivativos	-	(17.722)	-	(31.531)
Outras Obrigações - Prestação de serviços (*)	(13.366)	19.560	(16.097)	4.951
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - New York	(13.362)	19.381	(16.093)	4.403
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - Leasing and Finance	-	227	-	595
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - Tokyo	(4)	(48)	(4)	(47)
(*) Recebimentos e pagamentos				

(a) Remuneração de pessoas-chave da administração

Em Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas foi estabelecido os honorários anuais globais da Diretoria tendo por limite o valor máximo de R\$ 19.870 a serem distribuídos entre os diretores.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remuneração fixa	7.548	5.994
Remuneração variável	5.257	3.976
	<u>12.805</u>	<u>9.970</u>

A quantidade de ações mantidas pela Diretoria é de 10.618 ações, que representam 0,000243742% da totalidade.

O Banco não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da administração.

(b) Outras informações

Conforme legislação em vigor, o Banco não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- . diretores bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau;
- . pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- . pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o segundo grau;
- . acionista controlador do Banco.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a quaisquer entes e pessoas acima listadas.

Nota: O Banco não possui Conselhos Administrativos e Fiscais.

34 Obrigações de benefícios de aposentadoria**Benefícios de planos de pensão**

O Banco é patrocinador de um plano de benefício complementar, plano de benefícios Previdencia de benefício definido, administrado pelo Bradesco Vida e Previdência S.A., contribuindo mensalmente com um percentual sobre a folha de pagamento dos participantes.

O Banco é patrocinador do Fitprev, um plano de previdência complementar, de contribuição definida, para seus funcionários e administradores, admitidos após o fechamento do plano Previdencia.

A tabela abaixo demonstra onde estão registrados os montantes referentes aos benefícios de planos de pensão:

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Valor presente das obrigações financiadas	69.858	61.179
Valor justo dos ativos do plano	66.268	56.019
	<u>3.590</u>	<u>5.160</u>
Valor presente das obrigações não financiadas	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo no balanço patrimonial	<u><u>3.590</u></u>	<u><u>5.160</u></u>

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

(i) Premissas atuarias

	Percentual	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Taxa de desconto	11,39% a.a.	13,10% a.a.
Taxa de inflação	5,0% a.a.	5,5% a.a.
Taxa de aumentos salariais futuros	5,0% a.a.	5,5% a.a.
Reajuste de benefícios do Plano	5,0% a.a.	5,5% a.a.

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com as estatísticas publicadas e a experiência em cada território.

A expectativa média de vida utilizada para determinação das obrigações atuariais é demonstrada na tabela a seguir:

	2016	2015
Participante aos 65 anos de idade		
- Masculino	19,95	19,95
- Feminino	22,52	22,52
Participante aos 40 anos de idade (expectativa aos 65 anos)		
- Masculino	19,95	19,95
- Feminino	22,52	22,52

A sensibilidade da obrigação de benefício definido às mudanças nas principais premissas ponderadas é a seguinte:

Impacto na obrigação de benefício definido

	Mudança na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Taxa de desconto	0,50%	Redução de 4,5%	Aumento de 4,5%
Taxa de aumentos salariais futuros	0,50%	Aumento de 0,0%	Redução de 0,0%
Reajuste de benefícios do Plano	0,50%	Aumento de 4,8%	Redução de 4,8%
		Aumento em 1 ano na premissa	Redução em 1 ano na premissa
Expectativa de vida		Aumento de 2,7%	Redução de 2,7%

35 Conciliação entre BR GAAP e IFRS

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado.

(a) Taxa de conversão

Para fins de BR GAAP, as operações ativas e passivas em moeda norte-americana são convertidas na data de fechamento pela taxa “Ptax” definida pelo Banco Central. A Ptax é uma taxa média de cotação, apurada com base nas operações realizadas no mercado.

Para fins de IFRS, no final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira foram convertidos utilizando-se a taxa de fechamento.

(b) Perdas por redução ao valor recuperável de operações de crédito

Em BR GAAP, a provisão para redução ao valor recuperável é constituída com base na análise dos riscos de realização das operações de crédito, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas, conforme requerimentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, o qual considera determinados parâmetros regulamentares.

Para fins de IFRS, a provisão para redução ao valor recuperável foi estabelecida com base no histórico de perdas e outras informações conhecidas por ocasião da avaliação, conforme descrito nas Notas 2.8 e 3 subitem (a).

(c) Provisão para garantias financeiras prestadas a terceiros

Em BR GAAP, as garantias financeiras prestadas a terceiros são controladas em contas de compensação. As tarifas cobradas pela emissão dessas garantias são reconhecidas no resultado ao longo do período de vigência da garantia prestada. Adicionalmente, para fins de BR GAAP o Banco reconhece, quando aplicável, provisão com base em modelos internos de avaliação, para todas as garantias financeiras prestadas, de acordo com a probabilidade do fluxo de saída de recursos.

Para fins de IFRS, conforme a IAS 39, após o reconhecimento inicial destas garantias a valor justo, o Banco mensurou estas operações pelo maior valor entre: (i) o valor inicialmente reconhecido como “rendas a apropriar” e, quando apropriado, deduzido pela amortização acumulada de acordo com a IAS 18 ou (ii) o valor estimado do gasto exigido para liquidar a garantia apenas para os casos em que o Banco entende ser provável o fluxo de saída de recursos, de acordo com a IAS 37.

(d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

As demais mudanças no imposto de renda e contribuições sociais diferidos representam os efeitos dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados de BR GAAP para o IFRS descritos anteriormente.

* * *

Contador: Iracema Chou Ma
CRC: 1SP319654/O-0